

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17157 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 02 - Ensino Médio

ANÁLISE PRELIMINAR DA RELAÇÃO DE FORÇAS POLÍTICAS NA CONSULTA PÚBLICA DE 2023 – A REFORMA DO ENSINO MÉDIO EM DISPUTA

Rossano Rafaelle Sczip - UFPR - Universidade Federal do Paraná

ANÁLISE PRELIMINAR DA RELAÇÃO DE FORÇAS POLÍTICAS NA CONSULTA PÚBLICA DE 2023 – A REFORMA DO ENSINO MÉDIO EM DISPUTA

RESUMO: O presente trabalho é resultado das análises preliminares acerca das disputas em torno do Ensino Médio brasileiro no contexto da consulta pública instituída em 8 de março de 2023 pela Portaria nº 399/2023. A partir da análise dos 12 webinários organizados pelo MEC, objetivou-se mapear as forças políticas presentes. O trabalho se fundamenta no materialismo histórico e dialético e na metodologia de Análise das Redes Sociais, tomando como técnica de estruturação das informações a Análise de Conteúdo.

PALAVRAS-CHAVE: Estado Ampliado. Hegemonia; Reforma do Ensino Médio.

Introdução

O presente trabalho é resultado das análises preliminares acerca das disputas em torno do Ensino Médio brasileiro no contexto da consulta pública instituída em 8 de março de 2023 pela Portaria nº 399/2023 (Brasil, 2023). Como parte desse processo, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) realizou 12 webinários entre abril e julho daquele ano, os quais contaram com a participação de agentes públicos e entidades da sociedade civil, além de pesquisadores e pesquisadoras cujos estudos se voltam para a etapa final da educação básica nas suas diversas modalidades.

A análise empreendida objetivou mapear as forças políticas presentes ao longo dos 12 webinários. O trabalho se fundamenta no materialismo histórico-dialético a partir das formulações de Karl Marx (1996; 2010; 2013), Marx e Engels (1999) e Antonio Gramsci (2001; 2002; 2012). Tal perspectiva se constitui como um método de investigação que considera como central o papel desempenhado por indivíduos reais, suas ações e suas condições materiais de vida. Estes indivíduos atuam em determinadas relações sociais de produção da vida e, como produtores, “atuam de um modo também determinado”, estabelecendo entre si “relações sociais e políticas determinadas”, que não são eternas e variam no tempo e no espaço. Assim, na investigação da realidade social é necessário colocar em destaque “a conexão entre a estrutura social e política e a produção” (Marx e Engels,

1999, p. 35).

A análise da relação das forças políticas se refere, de acordo com Gramsci (2012), ao grau de homogeneidade, autoconsciência e organização alcançado pelos grupos sociais. Gramsci descreve vários momentos nessa relação, desde o econômico-corporativo até a formação de partidos políticos com hegemonia sobre grupos subordinados. A Hegemonia expressa o domínio que um determinado setor social é capaz de exercer sobre toda a sociedade por meio dos aparelhos privados de hegemonia (APH), como igrejas, escolas, universidades, sindicatos, dentre outros (Gramsci, 2012, p. 267).

Metodologia

Para análise de redes sociais de governança, assumimos as formulações de Shiroma e Evangelista (2014) que as compreendem como complexas teias de relações entre diversos atores (Estado, sociedade civil, empresas, etc.) que moldam as políticas públicas. Essas redes são espaços de negociação, disputa de poder e construção de consensos, onde ideias e interesses específicos são disseminados e legitimados. As autoras destacam o papel dessas redes na promoção de agendas neoliberais, como a privatização e a redução do papel do Estado. Para elas, compreender essas redes é fundamental para analisar os processos de tomada de decisão e os impactos das políticas públicas na sociedade. Em suma, as redes de governança são arenas de poder onde se disputam as diretrizes e os rumos das políticas públicas, especialmente na educação.

Como técnica de coleta e sistematização de dados, recorreremos à metodologia denominada análise de conteúdo, definida por Bardin (1979, p. 13) como um conjunto de técnicas das análises da comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1979, p. 13).

Resultados parciais

No atual estágio da pesquisa, no qual analisamos os 12 webinários, foram contabilizados 42 participantes representando sete setores sociais diferentes: Órgãos e representantes do poder público federal: 5; setor empresarial (Institutos; Fundações; Centros; Associações): 5; Universidades e Instituto Federais de Educação Ciência e Tecnologia: 20; Associações: 2; Movimentos e organizações: 5; Fóruns e Conselhos: 2 Organismos internacionais: 1. De todo o conjunto de entidades e setores presentes nos webnários, apenas um não foi possível categorizar devido a impossibilidade de encontrar qualquer informação que nos permitisse caracterizá-lo: Instituto Coletivxs.

Nesse primeiro momento da pesquisa, voltamos nossa atenção para a identificação do setor empresarial. A primeira entidade a participar foi o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC), fundado em 1987, e representado por Anna Helena Altenfelder, presidente do conselho de administração da entidade. O CENPEC atua nas 27 unidades da federação, com presença em 88% dos municípios brasileiros e sua atuação alcança 44 mil escolas públicas.

O segundo organismo privado, o Instituto Brasileiro de Sociologia Aplicada (IBSA) foi representado pelo seu presidente Cesar Callegari. A entidade, criada em 2006, atua prioritariamente em assessoria a planos de carreira, planos municipais de educação, consultorias sobre a BNCC e estudos sobre o Fundeb. Callegari já ocupou cargos de secretário municipal e estadual de educação, no MEC e no Conselho Nacional de Educação.

O movimento Todos Pela Educação (TPE) foi representado pelo Diretor de Políticas Públicas, Gabriel Barreto Correia. O TPE, caracterizado como um *think tank* da área educacional, começou a ser organizado em 2005 e, desde então, tem protagonizado diversos processos de formulação e implementação de políticas educacionais. Sua principal fonte de captação de recursos está na iniciativa privada, envolvendo os setores bancário, siderúrgico e de *commodities*.

A Associação Brasileira de Avaliação Educacional (ABAVE), organização da sociedade civil, presidida por Maria Helena Guimarães de Castro, foi representada na ocasião por Reynaldo Fernandes, que, entre 2005 e 2009, durante a presidência Luiz Inácio Lula da Silva, ocupou a presidência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). A ABAVE conta com a parceria das fundações Lemann, Maria Cecília Souto Vidigal e Itaú Social, e dos institutos Natura, Unibanco, Península, Ayrton Senna, entre outros.

Por fim, a Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração – Renapsi, representada no webinar pela Diretora Educacional Rayane Aparecida Monteiro. Tal organismo da sociedade civil oferece atendimento educacional aos jovens em condições de vulnerabilidade. Dentre as ações da Rede, há o acompanhamento psicossocial e a busca para inserir os jovens no mercado de trabalho. Conta com o patrocínio de diversas empresas de diferentes setores e tem sua atuação reconhecida pela UNESCO.

Considerações finais

A análise preliminar dos webinários identificou diversos setores sociais envolvidos na disputa pela redefinição do ensino médio brasileiro. A forte presença do setor privado neste primeiro momento da consulta pública reflete suas intenções de influenciar as políticas educacionais e redefinir a relação entre público e privado. A pesquisa indica a existência de uma disputa por hegemonia, onde diferentes projetos de sociedade se confrontam. Assim, este estudo contribui para entender as relações de força e os mecanismos de construção de consensos e dissensos nas políticas educacionais brasileiras, reforçando a necessidade de se examinar tais disputas a fim de identificar os interesses por trás das propostas de cada setor.

REFERÊNCIAS

Bardin, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 399, de 8 de março de 2023**. Institui a consulta pública para a avaliação e reestruturação da política nacional de Ensino Médio. Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/4227/portaria-mec-n-399>. Acesso em: 07 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. #MECAoVivo | **Consulta Pública Ensino Médio** | Webinario com Especialistas e Gestores Educacionais, 1 ao 12. [Canal do YouTube Ministério da Educação]. 25 abr./3 jul. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=H9m8W-3mSeQ&list=PLdkRIVhGnljXr6UQIPhsKCFdTL8ziZb06>>. Acesso em: 10 ago. 2023.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. (vol. 1; 3; 5). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; 2002; 2007.

MARX, Karl. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. 3ª. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. Crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução. In: MARX, Karl. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. 3ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 152-163.

_____. Introdução [à Crítica da Economia Política]. In: Marx, K. **Para a Crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1996. (Os pensadores), p. 25-48.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Lutas de classes na Alemanha**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SHIROMA, Eneida Oto; EVANGELISTA, Olinda. Estado, capital e educação: reflexões sobre hegemonia e redes de governança. **Educação e Fronteiras**, Dourados, v. 4, n. 11, p. 21–38, 2015. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/educacao/article/view/4359>. Acesso em: 14 ago. 2024.